

Algumas Considerações acerca da Natureza do Nome de Deus na Poesia

Prof. Dr. Jairo Nogueira Luna

RESUMO:

Apresentamos alguns apontamentos breves acerca da questão místico-religiosa do nome de Deus no âmbito do Cristianismo, buscando para nossos apontamentos exemplos da Poesia e do Cinema. Nossa motivação é de natureza lingüística e semiótica, sem qualquer outra objetivação que não seja esta. O presente texto ainda preliminar faz referências ao Concílio de Nicéia e ao modo como o Cristianismo afogou as idéias pagãs acerca da divindade.

Palavras-chave: Nome de Deus. Poesia Brasileira. Paganismo. Cristianismo.

O breve texto que aqui se apresenta não é mais do um punhado esparso de apontamentos mais ou menos mal ajambrados acerca dumas idéias pseudo místicas e religiosas. Ao fiel mais cuidadoso de seu labor religioso peço apenas que leia o texto, caso se digne a tal tarefa, de não considera-lo mais que isso, um texto cujo propósito é apenas o de suscitar as suas bem

fundadas objeções extraídas duma fé mais inabalável e verdadeira do que a minha.

O “Nome de Deus” é uma das questões mais caras às religiões desde quando o homem houve por bem criar e aceitar as religiões que suas civilizações deram origem. No Judaísmo e, em especial, na Cabala a expressão “o nome de Deus” dá origem a todo um conjunto de estruturas de pensamento organizadas em complexos esquemas de gnose, numerologia e astrologia cabalística. Num filme como “Pi”(II), de Darren Aronofsky (1998) com Sean Gullette no papel do jovem e perturbado gênio da matemática para quem, um grupo de fanáticos judeus julga que ele tenha encontrado o nome secreto da divindade e de outro, um grupo de investidores corruptos, acredita que ele tenha encontrado um padrão matemático para investimentos na bolsa de valores. No final, Max (o matemático) opta pela ação mais radical para extrair de sua mente o segredo que tantos buscam. O tetragrama YHVH que dá origem a uma série de combinações esotéricas foi traduzido a partir do grego para o latim como Jeová. A maioria das bíblias cristãs retirou o nome, substituindo-o por “Senhor” numa tentativa algo policialesca e inquisitorial de evitar confusões com a Cabala. Alguns grupos e seitas cristãs, como as Testemunhas de Jeová, mantêm o nome. O fato é que no

mundo ocidental, a idéia de um Deus, cujo nome é conhecido de poucos sábios, iluminados, e que a posse desse segredo abre portas de comunicação direta com a divindade tem uma grande recorrência na história religiosa.

A palavra “Deus” (em português) tem sua origem no latim (“Dei”), mas é um “*deo ignoto*” sob vários aspectos, uma vez que seu nome é um substantivo masculino, que se escrito com letras minúsculas é comum, se com letra maiúscula, é próprio. Mas de fato, não é o nome próprio de deus. Não entrarei aqui na questão de se tratar de substantivo concreto ou abstrato, embora reze nossa gramática a concretude da divindade suprema, parece-me esconder-se por sob essa certeza ou fé, algo de caráter dogmático cuja discussão filosófica pode levar a alguns questionamentos provocadores. A palavra parece ter sua origem mais remota no indo-europeu (“*deiwos*”). Se acompanhamos a origem do nome de Júpiter/Zeus, encontramos entre os indo-europeus a divindade “*Dyaus Pitar*”, literalmente, Pai do Céu. Entre os gregos, “*dyaus*” dá “Zeus”, ao passo que entre os latinos, se aglutinam as sílabas do nome completo em “Júpiter”. Etimologicamente parece ter sido essa também a origem do nome “Jeová”, uma vez que “*dyaus*” se contrai em “jeo” e “Pitar” em “vá”. É claro que apresento aqui apenas considerações gerais de

etimologia, o processo completo, incluindo a sonoridade e a transcrição em hebraico, grego e latim pode ser feita melhor por um bom etimologista e lingüista, mas para mim, para o que pretendo no momento, seria enfadonho e não daria resultados opostos ao que o genérico se apresenta nesse parágrafo.

Em 325, na cidade de Nicéia, o imperador Constantino, numa habilidosa estratégia política, organiza o concílio que acaba por sacramentar a oficialidade da doutrina cristão ao lado do império romano. Iniciava-se ali o período de sustentação política e militar do cristianismo. As religiões profanas passavam a partir daquele momento a sofrer com a supremacia crescente do cristianismo nos domínios do império romano, invertendo-se a situação anterior em que imperadores destacaram-se pela perseguição e martírio dos cristãos, como Diocleciano e Valeriano.

De fato, o Concílio de Nicéia, embora tivesse entre seus desdobramentos a definição dos textos considerados básicos para o evangelho, como se pode ler na narrativa polêmica de Dan Brown, *O Código Da Vinci*, sua principal preocupação inicial era a de definir a questão em torno da natureza de Cristo, se ele era mortal ou filho de Deus no sentido de ser da mesma substância que o “Pai”(Deus).

Se por um lado Aureliano em 274 deixa de lado o culto do “Sol Invictus” como forma de confirmação do poder imperial na irmandade com a idéia de um deus que governa o império, por outro lado o abandono do culto criado pelo imperador Heliogábalo não impede que a nova dinastia criada a partir do concílio de Nicéia reforce a ligação entre o imperador e a divindade, mesmo quando a noção de que o chefe da igreja cristã, o Papa, é uma pessoa que tem comunhão com a divindade acima dos homens comuns.

O poeta barroco Alexandre de Gusmão no soneto “A Júpiter Supremo Deus do Olimpo” na metade do século XVIII apresenta-nos a visão de um deus mitológico que se descobre na sua inconsistência divina, que se descobre “Não-deus” e “Não-ser”, nada mais que uma idéia divina de uma civilização do passado:

“Númen que tens do mundo o regimento,
Se amas o bem, se odeias a maldade,
Como deixas com prêmio a iniquidade,
E assoçobrado ao são entendimento?

Como hei de crer qu’um imortal tormento,
Castigue a uma mortal leviandade?
Que seja ciência, amor ou piedade
Expor-me ao mal sem meu consentimento?

Guerras cruéis, fanáticos tiranos,
Raios, tremores, e as moléstias tristes,
Enchem o curso de pesados anos;

Se és Deus, s'isto prevês, e assim persistes,
Ou não fazes apreço dos humanos,
Ou qual dizem não és; ou não existes.”

Péricles Eugênio da Silva Ramos, em breve comentário, na sua famosa antologia de poetas do barroco brasileiro, diz:

“Em suas poesias Alexandre tem notas demonstrativas de que o século da Aufklärung abalava os espíritos. O soneto que dirigiu a Jove não esconde as intenções; pouco mais tarde Cláudio Manuel da Costa diria que seus deuses mitológicos eram usados por simples conveniência poética, uma vez que não passavam de fingimento, e essa mesma conveniência espelha-se nos versos de Alexandre”

(RAMOS, P.E.S. 1967, p. 189)

Se atentamos ao poema de Alexandre de Gusmão, parecemos mesmo que ele escreve o poema para inquirir a não existência da divindade mitológica, como uma analogia em que dissesse que não existe outro deus a não ser o cristão. O uso das condicionais teria assim um efeito irônico: “Se amas o bem, se odeias a maldade”; “Se és Deus, s'isto prevês”. Ao lado das condicionais as orações alternativas no final do poema “Ou não fazes apreço dos humanos, / Ou qual dizem não és; ou não existes” articulam o

pensamento de negação da divindade mitológica. No primeiro quarteto, ainda, a oração adverbial comparativa “Como deixas com prêmio a iniquidade” aumenta o tom irônico do discurso. De fato, o uso de deuses mitológicos só se permitira então como licença poética fundada na tradição do verso mas que não poderia sobre qualquer aspecto ser lido como demonstração de crença.

Porém, lembramos que Alexandre de Gusmão está a compor o poema no século XVIII num país colonial cujo domínio do cristianismo se faz tanto pela fé quanto pela espada. A chegada cada vez maior de escravos africanos ao lado da diminuição crescente da população indígena ainda marcavam nessa colônia elementos de variado sincretismo que viria a se desenvolver num misto de religiosidade algo característica da cultura brasileira.

Mas uma leitura que atentasse exatamente no subterfúgio poético do uso da divindade pagã mitológica romana, e por isso mesmo, nem afro nem ameríndia como se poderia ler num Auto de São Lourenço, de José de Anchieta. Se lembramos a associação entre o poder imperial romano e o domínio medieval do cristianismo, então, podemos reler o poema sob um outro aspecto.

Os argumentos apresentados pelo poeta para ironizar a improvável existência do deus romano mitológico são também perfeitamente aplicáveis para discutir a existência do deus cristão. “Se amas o bem, se odeias a maldade” como permite a existência de “guerras cruéis, fanáticos tiranos”, como permite que seus fiéis, apesar da devoção e do amor que prestam à divindade, possam sofrer tanto?

Assim essa noção de “*Aufklärung*”, de esclarecimento, de Iluminismo, parece encontrar eco também na questão que envolve dum lado a crença na Razão e na Ciência e de outro a fé em Deus.

Desse modo as ironias do poema, tornam-se nessa segunda leitura, mais do que ironias, mas também dúvidas dum espírito acerca das respostas espirituais buscadas pelo homem.

Por isso mesmo, o poema de José da Cunha Cardoso, também barroco, anterior a Alexandre de Gusmão, “Uma Estátua de Apolo Ferida e Desfeita por um Raio” vem trazer uma resposta tão irônica quanto polêmica acerca do conflito que se desenvolvia entre os limites da ciência humana e o domínio da religiosidade.

“Da ciência na imagem mais divina,
Do sacro Apolo simulacro augusto,

Emprega as iras com furor injusto
Raio fatal, que Júpiter fulmina.

Acautelado Jove a crer se inclina,
Que o saber só lhe pode causar susto;
Pois com razão, e fundamento justo
Sobre os astros o sábio só domina.

Pela origem, que traz do eterno lume,
Com o poder do Deus, que os orbes move,
Só a ciência competir presume.

Por isso sobre a estátua o fogo chove,
Em vingança do susto, e do ciúme
De tirar a ciência o cetro a Jove.”

A idéia de um deus irado que usa os raios para atacar os homens é transposta também para o cristianismo. Não raras vezes o Deus cristão fez uso dos raios, seja para escrever as tábuas da lei, seja para destruir cidades pecadoras. No poema de José da Cunha Cardoso, o deus se apresenta irado diante da sabedoria humana que vai pelo conhecimento da ciência e da razão diminuindo seu poder. Péricles Eugênio da Silva Ramos comenta em nota de rodapé: “A conclusão do soneto equivale a dizer que os reis temem a ciência – conclusão que por certo impediria a impressão do soneto, embora fosse tão verdadeira que a censura, em Portugal, vivia demonstrando isso”.

Nesse âmbito, o deus romano aqui é a alegoria dos imperadores absolutistas europeus, que costumeiramente se identificavam com figuras divinas para confirmação de sua vontade sobre os demais homens.

Em “Baucis e Filemon”, poema do simbolista Emiliano Pernetá (1905), lemos na última estrofe o clímax de uma das lendas atribuídas a Júpiter, quando em companhia de Mercúrio e disfarçados como pobres viandantes foram recebidos por um casal de velhinhos que dividiu com eles a pouca comida que possuíam. Então os deuses se revelaram e prometeram uma vida de fartura e saúde para Baucis e Filemon e ainda no fim da vida, já satisfeitos, foram transformados em duas árvores – a tília e o carvalho – para ter eternizados o significado de suas vidas de amor e gratidão.

“Que tarde linda, meu amor, que lindo outono!
Quem me dera dormir o derradeiro sono?
-Eu também, Filemon, sorrindo Baucis diz,
Já estou cansada, vê, de tanto ser feliz!
‘Ó deuses imortais! Ó piedosos céus!’
Mal, porém, mal, porém, tinham falado, quando
Pasma viu Filemon Baucis se transformando
Numa tília, também ao mesmo tempo que ela
O via converter-se em carvalho, a singela,
Saudosamente, os dois se disseram adeus!”

Assim, se apresenta nesse poema um deus cuja capacidade de justiça e de bondade se aproxima da imagem do deus cristão para com seus fiéis. A idéia de um deus que seja representante de justiça e da bondade, que presenteia seus seguidores com bênçãos e dádivas de uma vida feliz na eternidade não é, pois, exclusividade do pensamento cristão. De fato, se pensarmos na origem e na difusão do cristianismo, muito do que costumamos considerar como tipicamente cristão de fato tem origem em mitos pagãos, haja vista a origem do dia 25 de dezembro, a aproximação entre o mito de Prometeu e o sacrifício da crucificação de Cristo, por exemplo. Lembremos ainda, que se o Cristianismo católico opôs-se às crenças pagãs pela idéia do monoteísmo, também é fato que o imaginário cristão católico está hoje povoado por cerca de 10 mil santos, além de anjos e arcanjos.

Luís Delfino, um dos maiores sonetistas da poesia brasileira, discutia num soneto a impossibilidade da apreensão do nome de deus em razão mesma da impossibilidade de apreensão do que seja o conceito de deus:

“O IMPOSSÍVEL

Queres que fale em Deus? — Que contra-senso!...
Que falar pode a pobre criatura?

Há na semente uma árvore futura;
Equilibram-se os sóis no espaço imenso.

Dentro e fora de nós nevoeiro denso:
Sei que a vida é por mim, por ti, que dura;
Há quem o veja e meça-lhe a estatura?
Não o afirmo, nem nego. — Cismo e penso...

Deus não tem atributo algum humano:
Deus é Deus, porque é Deus, Helena amada...
O seu nome em meus lábios não profano.

A nossa inteligência limitada
Não conhece o arquiteto, a obra, o plano;
E o que sabe melhor não sabe nada..."

Enfim, um deus que “não tem atributo algum humano” e cujo “nome em meus lábios não profano”, assim instaurado o distanciamento absoluto entre a divindade e o fiel, de modo que a mais aguçada das inteligências humanas não consegue apreender o seu significado (“E o que sabe melhor não sabe nada”), de outra parte, por sua vez, o que temos é o silêncio da divindade, que se comunica apenas pela própria Natureza. Talvez, relembremos aqui da teoria das correspondências simbolistas, mas creio que seja desnecessário, e saberá o leitor do que lhes falo, caso contrário, sugiro a leitura do soneto “Correspondances” de Baudelaire.

Quem leu o conto “Os Nove Bilhões de Nomes de Deus” de Artur C. Clarke tem bem uma tênue noção do que seja essa busca algo esotérica, tanto quanto a busca do graal para a compreensão do que esse nome possa significar para o homem. De fato, existe nessa busca algo do mito adâmico, de que as coisas e os nomes se ajustam segundo um princípio divino, de tal modo que as coisas têm os nomes que lhes foi designado por uma estrutura de origem da linguagem divina. Assim, saber o nome de Deus é conhecê-lo na sua essência.